

# A luta social contra a austeridade

Resolução da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda | 24.09.2011

## 1. Três meses de governo

Três meses chegaram para se acabar o estado de graça do governo. A demagogia da campanha e a incoerência das propostas então anunciadas não resistiram à prova dos factos. O verdadeiro programa é o que diariamente se anuncia através de sucessivos aumentos de impostos e cortes de despesa em sectores vitais para a vida dos cidadãos. Está em marcha uma intensa transferência de rendimentos do trabalho para o capital, seja através dos instrumentos do acordo com a troika, seja pelo seu reforço através de medidas suplementares de austeridade, como o corte do subsídio de Natal e novas reduções no investimento e no esforço dos serviços sociais.

A troika previa um aumento de impostos de 2,3 mil milhões em 2012/3; o governo propõe agora mais 41%, contra todas as suas promessas. A troika previa cortes gigantescos de 5,2 mil milhões na despesa pública; o governo exige mais 64%, incidindo as novas reduções nas pensões e nas prestações sociais (1,7 mil milhões), na saúde (1,4 mil milhões) e na educação (522 milhões).

A aplicação deste programa atira o país para uma depressão prolongada, sem paralelo nos últimos 150 anos, exceptuando os momentos únicos da Segunda Guerra Mundial e o da bancarrota do Estado português no final do século XIX. Com esta política, a recessão estende-se de 2008 a 2013, ano em que as previsões do próprio governo para o PIB são equivalentes ao 2004. Por outras palavras, uma década perdida. O bastante para que este programa deva ser parado quanto antes.

Perante a emergência financeira e social, o Bloco propõe um programa alternativo de mobilização para novas soluções:

1. Imediato envolvimento dos credores privados na renegociação da dívida pública a pagar até ao fim de 2013, com rebaixamento dos juros e alargamento das maturidades. Esta medida decorre ainda da necessidade de uma auditoria à dívida como suporte da sua renegociação global, que deve ser extensiva às dívidas de médio e longo prazos, nomeadamente as que envolvem Parcerias Público Privadas.

2. Criação de um fundo nacional de resgate, financiado por impostos sobre as partes da economia que fogem ao fisco, nomeadamente através da criação de um Imposto sobre as Grandes Fortunas e da taxação sobre os patrimónios mobiliários e as transferências especulativas de capitais.
3. Pelo reforço dos capitais da banca pública, dotando-a de condições financeiras para lutar com eficácia contra as restrições de crédito e pelo investimento para a criação de emprego.
4. A recusa das privatizações, que destroem bens públicos essenciais, e a mobilização para a defesa dos quatro pilares fundamentais dos serviços públicos que estão a ser destruídos: o SNS, a escola pública, a segurança social e os transportes públicos.
5. A recusa de cortes de salários e pensões e da liberalização dos despedimentos que atentam contra as condições de vida e trabalho e o desenvolvimento que deverá ser assente em políticas públicas de investimento e emprego.

## **2. A crise do euro**

A crise do euro exprime tanto a fragilidade estrutural da moeda única - sem um orçamento consistente e sem política de coordenação económica para o emprego - quanto as consequências das políticas seguidas pelo Banco Central Europeu, pela Comissão Europeia e pelos governos, incapazes de protegerem as economias da especulação financeira que facilitaram e estimularam com as regras da desregulação e da liberdade de circulação de capitais.

A opção de Bruxelas pelos resgates país a país é tributária de uma narrativa reaccionária que atribui as culpas da situação aos países com “administrações incompetentes” e “trabalhadores preguiçosos”. Esta estratégia tem sangrado as economias mais débeis, sem resolver os seus problemas e agravando os do conjunto da zona euro. O prosseguimento desta política pode mesmo conduzir à desagregação do euro, o que teria um efeito dominó imprevisível. Um tal cenário atingiria certamente as economias centrais da Europa, além de provocar uma devastação sem paralelo nas economias mais vulneráveis.

Quer as regras definidoras do euro e as medidas adoptadas, quer os

impasses e indecisões políticas dos últimos dois anos têm sido largamente responsáveis pela situação em que nos encontramos. A imposição da concorrência por via da compressão salarial e a cascata de medidas de facilitação dos despedimentos e de incentivo à precarização em todos os países, comprimiu as procuras internas e aumentou as pressões recessivas. Face ao efeito desastroso da sua própria política, as lideranças europeias e o BCE impuseram novas soluções autoritárias: o “semestre europeu”, longe de ser um instrumento para o relançamento, afirma-se como um novo colete-de-forças sobre os orçamentos nacionais e um chicote para garantir a concretização de programas de ajustamento estrutural cuja lógica recessiva é indiscutível.

A esta estratégia junta agora o eixo franco-alemão a proposta da inclusão do limite ao défice e ao endividamento na ordem constitucional de cada país. Trata-se de uma chantagem inqualificável. A França e a Alemanha, que não cumpriram esses limites quando tal lhes foi conveniente, não têm qualquer autoridade para exigir dos outros que se privem da margem de manobra orçamental que lhes permita responder a crises ou financiar o investimento público e os serviços essenciais da democracia.

As políticas sociais do Estado não podem ficar reféns de uma emenda constitucional que se destina a satisfazer os desejos da ortodoxia liberal em vigor. A esse respeito, o Bloco de Esquerda regista que o PSD contestava esta proposta do CDS e que agora a aceita; e que o PS manteve um ruidoso silêncio sobre o assunto, apesar de no campo da direita o próprio Presidente da República ter recusado esta iniciativa.

A crise actual mostra como o Tratado de Lisboa entrou em colapso, em particular no articulado económico e no regime de decisão em forma de directório. Esse tratado, que bloqueia o relançamento da economia europeia e a condena a um elevado índice de desemprego estrutural, e que foi por isso dos factores de promoção da crise, impede a refundação democrática da Europa mas também já não suporta o actual status quo. O Bloco de Esquerda, que defende uma Europa sem NATO e concentrada na cooperação para uma economia sustentável no emprego e na segurança social, propõe:

1. A mutualização das dívidas públicas através da emissão de

eurobonds e a criação de uma agência europeia de dívida bem como de um banco público europeu de investimento para a criação de emprego. A cooperação entre os países atingidos pela especulação é, neste contexto, uma necessidade imediata.

2. A União precisa de um novo tratado. Essa refundação da União deve respeitar o princípio da escolha de cada Estado-membro na sua ordem económica e vida social, nomeadamente quanto à configuração dos seus serviços e propriedade pública e estratégia de desenvolvimento. E deve definir também, com clareza, a partilha de objectivos europeus comuns, através da correcção dos objectivos estatutários do BCE para que neles se inclua o estímulo ao investimento e à criação de emprego; o controlo dos movimentos de capitais, nomeadamente através da imposição de uma taxa europeia sobre transacções financeiras e, desde já, o fim dos paraísos fiscais europeus; a harmonização das bases de incidência fiscal, para combater o dumping fiscal; a coordenação económica reforçada no âmbito da moeda única para medidas para a promoção do crescimento e emprego; o estabelecimento das regras que articulem, sob controlo democrático, um orçamento comum que garanta a convergência no interior da União; e, finalmente, a construção de uma dimensão europeia para a sustentabilidade dos regimes de protecção social e o combate à pobreza.

3. Qualquer novo tratado exige a decisão por consulta popular. O Bloco de Esquerda não abdica nunca da exigência de um referendo nacional sobre as grandes decisões europeias, que tem sido prometido e sempre negado em todas as ocasiões anteriores, com evidente prejuízo para a democracia.

4. Qualquer tentativa de mexer nos Tratados para fazer avançar novas soluções institucionais deve ser precedido de um processo de debate europeu determinado pela democracia. O Bloco de Esquerda opor-se-á a qualquer tentativa de golpe dos governos que vise o reforço dos mecanismos de decisão sem democracia na União. A este respeito são preocupantes as declarações de vários líderes europeus a favor da criação, quase por decreto, de um Estado Europeu, que é a forma concreta do federalismo. A narrativa federalista, num contexto em que os povos, por razões diferentes e não raro contraditórias, desconfiam

das políticas emanadas de Bruxelas, apenas serve as posições das direitas populistas e anti-europeias.

5. Num contexto em que o fim do euro ou a expulsão de um país que a ele pertença por ter sido atingido pela especulação financeira só podem ser impostos pela vontade do governo alemão, o Bloco de Esquerda diferencia-se de quem, à direita ou à esquerda, aceita essa solução como uma alternativa para Portugal. A saída do euro significaria neste contexto uma forte redução dos rendimentos presentes e futuros do trabalho.

### **3. As prioridades do Bloco de Esquerda**

As grandes batalhas do Bloco de Esquerda são a criação de um imposto sobre as grandes fortunas, a realização da auditoria para a renegociação da dívida e o fim da extorsão, e a defesa do SNS e de outros serviços públicos sob ameaça pelo programa da troika e as medidas governamentais, em particular no contexto do próximo Orçamento de Estado, e ainda a defesa de um Referendo que possa parar a privatização das águas de Portugal.

Registamos que o PS se juntou à direita para rejeitar a proposta do Bloco de Esquerda de auditoria à dívida, mantendo assim a opacidade acerca do endividamento cujo preço tem sido a receita da troika.

Registamos também a oposição do PCP ao referendo contra a privatização das águas de Portugal, a pretexto de que tal votação aceita que se possa escolher sobre tal assunto. Ora, só com a confiança numa salvífica mudança de opinião da maioria PSD e CDS se pode esperar que o parlamento impeça tal privatização, já anunciada, possibilitando que se prescindisse do instrumento referendário. O Bloco de Esquerda está certo de que a direita não mudará de opinião, mas deverá ser confrontada com um debate em toda a sociedade, exigindo que a palavra seja dada a todos os eleitores, com a convicção de que esse referendo é a única via possível de oposição e, se se realizar, rejeitará a privatização.

No contexto do Orçamento de Estado para 2012, que consagrará as medidas de aumentos de impostos e reduções na despesa pública, o Bloco de Esquerda apresentará as medidas alternativas necessárias para demonstrar a viabilidade de uma profunda reforma fiscal que financie a responsabilidade pública nos serviços sociais. O combate à

política da esmola torna-se igualmente um grande tema político na confrontação com a ideologia e a acção da maioria da direita.

#### **4. Eleições na Madeira**

A prioridade imediata do Bloco será a participação na campanha eleitoral da Madeira, com o objectivo de retirar a maioria absoluta a Alberto João Jardim. A evidência do colapso financeiro de um esquema de investimento a défice descontrolado, com desperdício e favorecimento de dimensões inquietantes, leva agora à instituição de uma investigação sobre as contas regionais e a um futuro e desconhecido plano de resgate. Jardim e a sua equipa são os responsáveis por este caos financeiro que estrangula a Madeira. E, se as revelações do buraco financeiro ainda estão por completar, elas já identificaram desvios orçamentais que são o dobro do retirado a todos os trabalhadores com a confiscação de metade do subsídio de Natal, mas ainda se ignora quem foram os beneficiários de tal gigantesco esquema.

O Bloco de Esquerda exige por isso que essa investigação seja uma auditoria completa, que registe os compromissos financeiros actuais e futuros, as derrapagens, os beneficiários dos contratos e os seus valores, e que tenha como consequência um reajuste financeiro que proteja os serviços sociais e ainda a punição dos responsáveis.

Ao mesmo tempo, o Bloco exige a adopção de um regime de incompatibilidade entre os cargos públicos e os interesses privados, como nunca existiu na Madeira e que, portanto, combata a corrupção que vinga sempre em contextos de obscuridade, de favorecimento e de ocultação das contas.

#### **5. Manifestação sindical de 1 de Outubro e acção dos movimentos sociais**

Neste momento, a esquerda deve multiplicar oposição, convocar a luta social, dispor-se para as batalhas mais fortes para polarizar a maioria, para que a democracia se exprima nas respostas sindicais, como a da manifestação nacional promovida pela CGTP no próximo dia 1 de Outubro, nas lutas gerais e nos movimentos de trabalhadores e de jovens que são necessários.

O Bloco de Esquerda apoia as mobilizações sociais que expressem alternativas contra a austeridade e a recessão, como a convocação da

jornada internacional de 15 de Outubro, as lutas de professores contratados ou de utentes dos serviços de saúde ameaçados pelos cortes no SNS.

A única resposta viável às políticas da troika é a mobilização da maioria social, através de fortes movimentos maioritários, de respostas consistentes e de alternativas rigorosas.

O Bloco de Esquerda está empenhado na construção da máxima unidade na luta contra a ofensiva neoliberal da Troika e do Governo da direita que pretende fazer tábua rasa dos direitos sociais e do trabalho, alcançados ao longo de mais de 200 anos de lutas, liberalizando os despedimentos, desregulamentando as leis de protecção laboral, a contratação colectiva, depreciando o valor do trabalho, reduzindo as pensões e esmagando os serviços públicos de saúde, Segurança Social e Educação.

## **6. Plano de trabalho**

O Forum sobre Novas Ideias para a Esquerda/Socialismo 2011, realizado em Coimbra, constitui a maior realização de formação e debate promovida pelo Bloco neste âmbito, e registou a participação de muitas personalidades independentes ou de outras áreas de opinião na esquerda. Durante os próximos meses, o Bloco prosseguirá esse esforço de diálogos sobre as grandes questões sociais e políticas.

O Bloco de Esquerda tem, ao longo dos próximos meses, um plano de trabalho exigente, incluindo a realização das jornadas parlamentares, a convocação de um Seminário Internacional sobre a Dívida, de Encontros Nacionais do Trabalho e das Autarquias, o Encontro sobre Políticas de Género, entre outras realizações. O movimento estará por isso concentrado na construção de respostas sociais maioritárias contra a extorsão financeira, o aumento do custo de vida, pela defesa do salário e das pensões, pelo combate à precariedade.

## **7. Convenção do Bloco de Esquerda**

Depois das eleições, o Bloco de Esquerda abriu um debate sobre os resultados eleitorais, e nomeadamente sobre a configuração política da governação PSD-CDS e as implicações dos acordos da troika e, em consequência, sobre a definição da alternativa necessária para a esquerda. Esse debate, plural e intenso, tem tido uma expressão interna, através de assembleias distritais e concelhias, e aberta,

através do debate escrito e público na internet, em que se tem registado uma intensa participação, incluindo de não-membros do Bloco.

Esse debate prosseguirá, aberto a quem nele queira participar, tanto por via das assembleias que decorrem normalmente no Bloco quanto por via de contribuições escritas na sua página na internet.

Esse debate concluir-se-á com a realização de uma Convenção, que possa avaliar a evolução política e as respostas sociais e definir a estratégia do Bloco de Esquerda. Assim, a Mesa Nacional convocará a IXª Convenção do Bloco de Esquerda para o último trimestre de 2012, precedido do período regulamentar de preparação.